

Se a cabeça da África do Sul vier a ser pedida num prato, a ONU fornecerá o prato, mas nós recusamo-nos a fornecer a cabeça.

VORSTER

ANO XXI 24-3-77
(Preço avulso: 4\$00) N.º 616

Composto e Impresso
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
RIO MAIOR
Telef. 92091

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração:
GRÁFICA LOULETANA
Rua da Carreira
Telf. 6 25 36 LOULÉ

Portugal Continental e não só...

Os números são bastante expressivos e se bem que altamente categóricos dão-nos uma pálida imagem da dimensão que doravante Portugal, como país ribeirinho e arquipelágico, passa a congregar à sua reduzida superfície continental.

Com a reivindicação de Portugal de zonas económicas de 200 milhas, que se estendem mar a dentro, a cópia e semelhança do que decretaram tantas outras nações litorâneas, o nosso país passa a contar com uma área oceânica, que acompanha a plataforma continental, de aproximadamente 1 700 000 quilómetros quadrados, equivalentes a 18 vezes mais a sua superfície, assim repartidos: acrescidos às águas territoriais do continente, 316 000 kms²; às das Açores 938 000 kms² e às da Madeira 437 000 kms².

Fica assim Portugal detentor de uma extensa e confortável reserva oceânica onde as mais modernas e abalizadas conjecturas científicas, independentemente da existência, verificada de centros pesqueiros, admitem conter em depósito até agora inexplicado, riquezas mineiras (nódulos polimétricos) de incalculável valia, para não falar em eventuais ocorrências

A HORA VAI MUDAR NO DIA 27

A partir das 0 horas do próximo dia 27, a hora legal de Portugal Continental adiantará 60 minutos.

Segundo explicação proveniente da Comissão Permanente da Hora, o fim desta medida visa colocar Portugal a par da hora vigorante em países com quem mantém ligações permanentes no âmbito dos transportes e telecomunicações.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Já foi publicada a lei que cria o sistema público de educação pré-escolar, tendo como objectivos principais favorecer o desenvolvimento harmonioso da criança e contribuir para corrigir os efeitos discriminatórios das condições sócio-culturais no acesso ao sistema escolar.

Mais uma «anedota» da Reforma Agrária

Cavalo volta ao dono provocando procedimento judicial

Entre os pertences da herdade da Galeana, propriedade rural fronteiriça, situada entre Mourão e a Granja, figuravam cavalos de raça, que ficaram na posse indevida de ocupantes que ali se instalaram.

A fim de fazerem dinheiro resolveram adestrar um dos cavalos para toureio, encarregando para tal um equitador.

O animal foi então enviado para

(continua na pág. 2)

A voz de F!

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

13.ABR.1977
2.º P.º LEG. S.º
PORTE PAGO

FALECEU O LOULETANO PROF. DÉLIO SANTOS

Faleceu recentemente o insigne louletano que em vida foi o prof. catedrático da Universidade de Lisboa,



publicista e pedagogo de notáveis méritos.

Nascido em Loulé a 10 de Agosto de 1912, o prof. licenciou-se, em 1935, na Faculdade de Letras de Lisboa.

(continua na pág. 4)

A MARINA DE VILAMOURA OCUPADA?

TEIMOSIA OU MÁ FÉ?

Durante o «reinado» do paranóico asco, o país viveu um período eufórico de ocupações selvagens.

Propriedades, fábricas, casas, oficinas, estabelecimentos comerciais, quintas, etc. etc.

Em tudo o que merecesse ser cobrado e destruído aí estiveram presentes «certas» forças empenhadas em arrasar o país económico e moralmente para... depois se fazer um país novo (?) surgido das cinzas fumejantes e dos cadáveres putrefactos.

Os sonhos daqueles que nos queriam conquistar e escravizar-nos ruiam por terras como um baralho de cartas se desfaz ao mais leve sopro.

A força indomável de um Povo de 8 séculos de existência desferiu golpes mortais nos mentores de tão monstruoso plano, mas a semente lançada à terra virgem deixou raízes tão profundas que novos rebentos vão surgindo aqui e ali, como erva da

ninha a pretender liquidar as novas sementeiras de frutos sádios.

Um pouco por toda a parte e com os mais incríveis disfarces, certa fauna de novo tenta levantar a cabeça numa vã tentativa de recuperar o terreno perdido.

Exactamente como os chamados «fascistas» que lutam desesperada e teimosamente para recuperar os pre

C.T.T. NÃO ACATAM DETERMINAÇÕES DO GOVERNO

Frente ao constatado, poucas foram as estações de correio das 41 que tinham sido convocadas pelo Governo, que abriram as suas portas no sábado de manhã.

Somente, pelo que sabemos, além de outras estiverem abertas ao público as estações de Matosinhos, Póvoa do Varzim, Viana do Castelo, Gaia, Viseu e Funchal. Quanto às demais,

salvo a comarca de um ou de outro funcionário, tais os casos do Estoril, Angra do Heroísmo, Coimbra e Almada, timbraram pelo encerramento, desrespeitando e afrontando a determinação do Governo.

Em face à ocorrência que coloca em dissidência aberta o funcionalismo público e a autoridade legítima de (continua na pág. 2)

RESSURGIMENTO DA SOCIEDADE RECREATIVA ARTÍSTICA LOULETANA

Uma lufada de ar fresco e empreendedor sopra actualmente na Sociedade Recreativa Artística Louletana, desde que a nova direcção, constituída por elementos briosos e activos, assumiu as rédeas do seu destino, ainda não há muito conhecedor

de desoladora decadência e no declive de malogro próximo.

Uma vez esconjurada a dissolução, começaram os seus dirigentes por (continua na pág. 4)

PRESIDENTE DA CÂMARA DE LOULÉ CONDECORADO PELO PRESIDENTE TITO

Pelo Presidente Tito, foi também galardoado, além do Governador Civil do Distrito de Faro (de que demos merecido realce na edição transacta), o sr. António Maria Andrade de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Loulé, que igualmente recebeu o colar e a estrela de ouro da «Ordem da Bandeira da Jugoslávia».

Do mesmo modo, a significativa distinção, foi transmitida pela Embaixada daquele país em Lisboa, em função de um decreto dimanado do Presidente da Jugoslávia, que assim pretendeu premiar contributos desenvolvidos no sentido do estreitamento de relações entre os dois povos.

Esta condecoração também foi concedida pelos mesmos motivos, ao sr. Engº Joaquim Belchior, Presidente da Câmara Municipal de Faro.

Ainda que só agora tivemos tomado conhecimento do facto, não deixamos por isso de assinalar com o relevo a que tem jus.

AUSTERIDADE (NO REINO DOS MILHÕES...)

DURANTE décadas, foi a maioria deste pobre Povo Português, obrigado à poupança, pela simples razão, de mais não poder gastar. Poupança forçada, que hoje, ontem e de há muitos meses, recebeu o moderno apelido de austeridade. O significado da frase, é o mesmo. As razões da recomendação têm muito mais objectividade, entretanto. Os poupanços forçados, hão-de ser os mesmos de sempre e mais alguns. Simplesmente, para tentar fugir a uma certo figurino, ainda não nos lembrámos, de que «produzir e poupar», é tarefa que se impõe.

A nossa Sociedade, só poderá encontrar o caminho certo, quando op (continua na pág. 7)

Novos limites dos períodos escolares

Ao abrigo de um despacho do secretário da Orientação Pedagógica foram já fixadas as datas referentes a férias e à «avaliação de aproveitamento dos alunos do Ensino Secundário».

Nesta conformidade, a segunda avaliação do aproveitamento estudantil far-se-á a 28, 29 e 30 de Março.

As férias da Páscoa ficarão com-

preendidas entre 23 de Março e 12 de Abril.

O início do 3.º período lectivo está marcado para 13 de Abril, prolongando-se até 18 de Junho. A terceira avaliação far-se-á em 20, 21 e 22 de Junho.

O início dos exames escritos foi fixado para 27 de Junho.

Apelo dum jovem desesperado

(NOTÍCIA NA PÁGINA 5)

A Marina de Vilamoura ocupada?

Teimosia ou má fé?

(continuação da pág. 1)

víncia votada ao turismo e o turismo é, naturalmente, veículo de progresso e de bem estar para as populações duma região que tenha o privilégio de aí residir.

Mas há quem esteja interessado em tudo confundir para tudo destruir e por isso se fazem as mais extravagantes reivindicações sob os mais belos pretextos de um aparente desejo de «estar melhor na vida».

Está neste caso a atitude de certos sindicatos interessados em destabilizar o turismo no Algarve... mas com o diáfano manto da mais candida inocência e a pretexto duma «justa luta» por melhores condições de «trabalho».

Luta que é justa mas que tem limites que o bom senso condiciona. De resto as possibilidades económicas das empresas não podem ser desprezadas sob pena de todos se afundarem numa situação de desespero que os «mágicos» ansiosamente desejavam mas para onde os incautos se deixam arrastar docemente em capacidade de previsões futuras.

Os objectivos que «eles» pretendem alcançar são claros, mas têm que ser tenazamente combatidos, pois os trabalhadores são peões de um jogo que não entendem e para o qual suavemente deslismam sem se aperceberem das dimensões e da força da malha que os cerca e donde não mais sairiam.

Para que certas forças alcancem certos objectivos, quaisquer pretextos servem, quaisquer calúnias são aprovadas e qualquer frase pode ser deturpada.

Provam-no a atitude de vários pescadores de Quarteira, que, recentemente, «descobriram» que a Marina de Vilamoura era o local ideal para amarrar os seus barcos de pesca.

Pretexto: bastou a estada ali do sr. Presidente da República para logo se dizer que o General Eanes «autorizou a utilização da Marina pelos pescadores». Sabe-se que esse problema foi ali debatido e que o General Eanes teria respondido de facto, que os «pescadores podem utilizar a Marina, mas, desde que, sejam respeitadas as leis em vigor e os legítimos direitos dos seus proprietários».

...Mas parece que certos indivíduos só ouviram 2 palavras «podem utilizar», porque só essas lhes interessava...

Curiosamente surgiram depois a ocupar a Marina alguns pescadores mais jovens «progressistas» que se julgaram no pleno direito de ocupar postos de amarração que são propriedade particular das pessoas que os compraram para ancoradouro dos seus barcos de recreio.

Fizeram-no sob o pretexto de que «ali estavam mais seguros» mas esqueceram-se de que, também eles, estimam os seus bens e não os desejam ver utilizados por estranhos.

Apesar dos evidentes prejuízos que isso lhe causa, a empresa proprietária da Marina consentiu em que o ante-

porto da Marina, fosse utilizado pelos pescadores de Quarteira. Esta medida foi compreensivelmente aceite pela quase totalidade dos pescadores, que sentiram a valiosa protecção d'aqueles molhes contra os temporais. E isso até fez aumentar a frota pesqueira de Quarteira com a chegada de barcos de outras localidades onde a costa é fortemente batida pelas tempestades.

E de tal forma a segurança no anteporto era evidente que, nos períodos de maior invernia (Novembro e Dezembro) apenas 5 barcos «decidiram» ocupar os portos interiores de amarração.

Depois, com bom tempo, chegaram a ser mais de 200 os barcos de pesca que «invadiram» o porto interior e ali se instalaram como se estivessem em suas próprias casas.

Para evitar que certa imprensa fizesse alarde do acontecimento proclamando em grandes parangonas e com as tradicionais palavras de ordem «a repressão capitalista abate-se sobre os pescadores de Quarteira», as autoridades marítimas tentaram convencer os pescadores da ilegalidade da sua situação, apesar de se saber quanto é difícil dialogar com certos pescadores de Quarteira.

Num gesto de compreensivo bom senso, a maioria retirou os seus barcos, mas muitos voltaram... no dia seguinte.

De novo aconselhados, de novo partiram e de novo voltaram; os seus nomes já são conhecidos, os seus barcos já estão marcados pelas sucessivas infracções à Lei. E se existe uma Lei neste país essa Lei terá que ser cumprida.

E bem verdade que muitas vezes se desafiam leis para provocar a repressão e haver motivos dum descontentamento que serve certos interesses que «trabalham» na sombra, mas, em democracia há-de ser a força da Lei a abrir aos homens o caminho do bom senso e não as armas.

...Mas, de homens que cegamente se dispõem a seguir certa linha, até é possível escutar resposta como a que foi dada a um agente da autoridade que perguntou a um pescador se «acha bem que um desconhecido ocupasse o seu barco e o utilizasse para pescar», ao que o interpelado respondeu: «é que este barco custou-me 300 contos». Pois é «mas a Marina custou cerca de 500 mil contos» foi-lhe replicado.

Diálogo impossível como se vê. Terrivelmente revoltante para quem tem que cumprir a espinhosa missão de zelar pelo cumprimento da Lei.

E, fazer cumprir a lei é garantir que cada cidadão tenha o legítimo direito de se utilizar daquilo que é seu, o que não acontece quando o legítimo proprietário dum posto de amarração vê o seu lugar ocupado e sujo e mal tratado.

Ali, na Marina, fazer cumprir a Lei é garantir a segurança dos bens que estão à guarda da autoridade marítima. É evitar que haja roubos nos

barcos. É dar aos utentes a garantia plena de que neste país há leis que têm de ser respeitadas por todos e não só por alguns.

Abusar da propriedade alheia é abusar da Lei.

A Marina foi construída para servir o turismo e é essa a sua missão. Não compete à iniciativa privada construir portos para barcos de pesca.

Essa é obrigação do Estado, porque é ao Estado que compete zelar pela segurança das populações e criar condições de trabalho para um desenvolvimento económico que TODOS temos obrigação de desejar.

A Lusotur, ao construir a Marina pensou nos pescadores e desejou-os ali ao lado para a ajudar e até como motivo de interesse turístico.

Ofereceu condições muito favoráveis ao Governo e deseja colaborar na solução dum angustiante problema, mas o governo não decide, não responde, não dialoga.

A Marina de Vilamoura foi construída sob condição de passar para a posse do Estado no prazo de 50 anos. Há, portanto, um período de 50 anos para explorar uma obra donde, logicamente, é necessário tirar uma indispensável rentabilidade que possa servir de estímulo a novos investimentos. Se assim não for, seremos um país parado, sem futuro visível, nem rumo certo.

As ocupações vão continuar? Servem que interesses?

O problema de porto de pesca de Quarteira exige solução urgente.

Numa altura em que a Europa se dispõe a ajudar-nos com o fluxo dum capital vivificador em benefício dum economia altamente depauperada por um processo revolucionário que nos ia lançando nas malhas da miséria e de fome, é preciso dizer bem alto ao Governo do Dr. Mário Soares que Quarteira merece o carinho e precisa do dinheiro dos nossos amigos para proporcionar ao Algarve a criação de mais postos de trabalho, de mais harmonia, de mais progresso, e melhores condições de vida para os homens que lutam contra a agressividade do Atlântico para arrancar das suas entradas «o pão nosso de cada dia».

Que à debilidade da nossa pequena voz se junte a vontade forte de quantos algarvios anseiam o progresso da nossa bela província, para solicitar ao Governo a solução do magnifico problema do porto de pesca de Quarteira, é o que pedimos.

Exige-o o bom senso; exige-o o progresso do Algarve; exige-o um turismo que não pode ser afectado por posições irredutíveis cuja demagogia é patente em atitudes, gestos e palavras por demais conhecidas para que as ignoremos.

Acima dos interesses estrangeiros que alguns (maus) portugueses defendem ignominiosamente, ponhamos os interesses deste pequeno pedaço de terra que é a nossa terra, a nossa província e a nossa Pátria, palavra ainda bela mas que certos homens (já) não gostam de proferir.

Mais uma «anedota» da Reforma Agrária

(continuação da pág. 1)
a Praça de Touros de Évora, que servia de picadeiro.

Suspeita então, que um jovem, filho do proprietário, que tem toda a sua terra ocupada à exceção da pequena quinta de S. José de Pera Manca, entre Évora e Montemor-o-Novo, onde habita, foi à dita Praça de Touros e daí sacou o cavalo que lhe pertence, levando-o para a sua quinta.

Os ocupantes da herdade Gabana, não se conformaram com o ocorrido tendo recorrido à PSP, que os esclareceu nada ter com isso; semelhante resposta obtiveram-na da GNR, tanto mais que até o Centro Regional da Reforma Agrária se desquitou (o cavalo pelos vistos não tinha sido requisitado, nem pago de qualquer forma).

Perante o fracasso das suas queixas, os ocupantes resolveram intentar uma acção judicial no tribunal de Évora.

O caso, que despertou a curiosidade pública, está a suscitar, como é de compreender, vivo interesse, pois a seguir por diante levaram a julgamento o dono legítimo do cavalo.

Habituado a julgar aqueles que considera «amigo do alheio», vai ser muito curioso o juiz julgar um homem que «roubou» o seu próprio cavalo.

Afinal, vivemos ou não vivemos num país de malucos?

Que responda quem ainda tiver juízo ou uma credencial do «Júlio de Matos» a declarar que o portador «não é maluco».

...E viva a Reforma Agrária!

C.T.T. NÃO ACATAM DETERMINAÇÕES DO GOVERNO

(continuação da pág. 1)

que está investido o Governo, é caso para indagar onde reside o estopim da discordia, ou o busílio da questão, já que as razões invocadas pelas partes não conjugam e ambas se firmam na utilidade pública.

Segundo o ministro dos Transportes e Comunicações, «a decisão de reabrir aos sábados de manhã de algumas das estações dos correios visa melhorar o serviço ao público e contribuir para a recuperação da economia nacional, através de maior rapidez das comunicações postais».

Por outro lado, em oposição à tese defendida pelo Governo, o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, afixou nas estações postais um aviso onde assevera que «a medida agora preconizada da abertura de 41 estações e outros serviços aos sábados não iria beneficiar o público como pretende fazer crer». E não ficou apenas por aí, pois com uns dias de antecedência emitiu vários comunicados incitando os seus inscritos a não cumprir com a determinação governamental o que em parte foi bem sucedida, pelos vistos.

Temos assim, já que é o público, ou melhor é o povo que entra como argumento central no assunto, pois é ele um dos principais utentes e interessados nos serviços postais, que estabeleceu uma destrinça nestes precisos termos: Será ou não necessária a

abertura dos correios na parte de manhã de sábado?

A boa lógica e não só como o verdadeiro consenso popular, é de opinião de que é de facto necessário em horário, que encorta o grande inconveniente representado pelo encerramento e a paralisação dos serviços postais durante dois dias sucessivos (sábado e domingo).

Não se comprehende, portanto, por que motivo o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Comunicações, que é um instrumento circunscrito à defesa dos interesses legítimos da classe abiliada, se arvore em paladino dos interesses públicos, a pontos de sobrepor a sua autoridade à competência do Governo.

E mal irá o Governo que não seja capaz de fazer cumprir uma lei de inegável interesse público.

Será um mau princípio quando tal acontecer.

Se no regime vigente imperasse a anarquia (como instituição) ainda se comprehenderia a arbitrariedade praticada mas estamos numa democracia, com um Estado eleito em moldes democráticos, temos uma constituição que define os âmbitos dos direitos e das responsabilidades, e como é bom de ver, é indispensável para a paz social que se não confundam as situações e enunciados integrantes com o proposto fim de conduzir o país para um colapso social propenso ao domínio demagógico.

VIGIE O SEU AUTOMÓVEL

De vez em quando faça testes de consumo de gasolina. Poupando-a, poupa dinheiro e alongará a vida do seu carro.

Faça um exame periódico do funcionamento do seu carro. Pode assim evitar gastos supérfluos, tirará melhor rendimento e pode evitar acidentes.

Assim como há pessoas que estão doentes sem que aperceberem do mal que têm, também os automóveis estão muitas vezes «doentes» sem que o automobilista se aperceba do «mal».

Faça hoje mesmo, se for possível, um exame minucioso através da nova aparelhagem electrónica já operacional na nova oficina electro-mecânica.

SOUZA & MARTINS

(ANTIGA OFICINA MORGADO)

Rua Marechal Gomes da Costa — LOULÉ

COZINHEIRA

De 24 de Março a 2 de Abril, está aberto concurso para cozinha e auxiliares de cozinha, para a Escola Secundária de Loulé, onde se prestam todos os esclarecimentos.

VENDE-SE

Carro a gasolina, marca Opel.

Informa na R. Ascenção Guimarães, 68-r/c-Esq. — LOULÉ.

(2-2)

pequenas
embalagens

Flintkote
EMULSÃO BETUMINOSA
2 kg

Flintkote
EMULSÃO BETUMINOSA
5 kg

Shell
Composites
SHELL PORTUGUESA, S.A.R.L.

• isolamentos e protecções • pavimentos
• impermeabilizações • enxertos e podas
• coberturas

um produto que dura e faz durar!

DISTRIBUIDORES PARA O ALGARVE

JOSÉ GUERREIRO NETO & FILHO Lda

Rua Padre António Vieira LOULÉ tel. 62283

ONDE ESTÁS LIBERDADE?

INTIMIDAÇÕES PARA COMPARÊNCIA A UM COMÍCIO

Relativamente ao clima ultimamente vivido no Alentejo, o Ministério da Agricultura e Pescas, divulgou o seguinte esclarecimento, que nos abs temos de comentar:

A propósito dos comícios promovidos em Évora e Portalegre pelos secretariados regionais das Unidades Colectivas de Produção, o Ministério da Agricultura e Pescas, respondendo a pedidos de informação que lhe têm sido dirigidos, esclarece o seguinte:

1 — Há conhecimento de que os dirigentes de Unidades Colectivas de Produção terão posto o seguinte dilema aos trabalhadores ali em serviço: «Ou vais ao comício e ganhas o dia, ou não vais e perdes o salário».

Tal coacção classifica o tipo de democracia praticada nalgumas explorações agrícolas e violenta o direito constitucional de qualquer cidadão se manifestar livremente.

Não compete ao MAP interferir nas relações entre trabalhadores, muito embora deseje que as mesmas se processem dentro das mais elementares normas de liberdade e de integridade moral.

2 — A fim de participarem nos comícios em Évora e Portalegre, muitos trabalhadores foram transportados em veículos de serviço das explorações agrícolas. Dado que a velocidade dos tractores que rebocam arealados é reduzida, admite-se que, para estarem na manifestação à hora do seu início, os trabalhadores teriam de perder quase todo o dia de trabalho. E assim sucedeu, conforme ficou demonstrado pelo trânsito que se pode observar nas estradas alentejanas.

A paralisação durante o dia de trabalho, a despesa feita em transportes e os prejuízos daí resultantes são incompatíveis com o esforço de desenvolvimento e a necessidade de proceder a uma verdadeira Reforma Agrária. Por outro lado, pôr-se produzir cereis fraca, insuficiente para liquidar as despesas das explorações agrícolas colectivas.

Espera-se que neste como em qualquer manifestação, se não dispensem dinheiros públicos, se não escolham

Prepara-se a intensificação do turismo no Algarve

Com o intuito de intensificar o movimento turístico da próxima época estival, estiveram no Algarve, a convite do Centro de Turismo de Portugal na Dinamarca, em colaboração com a TAP e a agência «Abreu», dez agentes de viagens dinamarqueses e noruegueses.

Sousa & Martins Lda

ELECTROMECÂNICOS

PARTICIPAM AOS SEUS AMIGOS, CLIENTES E
AO PÚBLICO EM GERAL A ABERTURA DA SUA
OFICINA DE REPARAÇÕES EM VÉICULOS LIGEIROS
E PESADOS.

SE TEM AUTOMÓVEL, VISITE

Sousa & Martins, Lda.

(ANTIGA OFICINA MORGADO)

RUA MARECHAL GOMES DA COSTA — LOULÉ

TELEFONE 62751

REVITALIZAR O TURISMO

A manchete soa-nos sedutoramente, mas sabemos que não é fácil fazer que as orelhas mansas oijam, isto é que se revejam sendas e procedimentos que já se mostraram sobejamente contraproducentes para o relançamento do Turismo, desesperadamente necessário à nossa abalada economia.

Até porque o Turismo é um conjunto de actividades, aliadas as nossas belezas naturais, que podemos vender (sem exportar) vantajosamente, e não esbanjar, por tibieza ou proselitismos obscuros, de lesa pais.

É até das raras potencialidades de que dispomos das que se destacam das demais e que por tal ganham justificativa o discernimento de todos os responsáveis, que são sem distinção, todos nós, todos os cidadãos que integram a sociedade portuguesa, agora em hora de austeridade.

Estamos em crer que dentro do universalismo das ideias, no respeito mútuo, na abertura ao diálogo integrável, é possível encontrar soluções compatíveis com os problemas, com as deficiências, com as carências que o Turismo, agora na expectativa da arrecadação, denota.

Confiamos na boa vontade dos homens, em especial quando nos parece, em boa verdade, que o país reclama o esclarecido devotamento dos seus filhos.

VIBRADOR

Compra-se.
Tratar pelo telefone 62449
— LOULÉ.

Notícias pessoais

PARTIDAS E CHEGADAS

Acompanhado de sua esposa, sr.ª D. Maria Viegas Coelho, encontra-se em Loulé em gozo de férias o nosso prezado conterrâneo e assinante da sr.ª D. Maria do Carmo Coelho e dos srs. Sebastião e Inácio Viegas Coelho, residentes na Argentina. Deixa vários netos, entre os quais o Rev.º sr. Padre Analide Coelho Guerreiro, que presta serviço na Câmara Eclesiástica de Faro e a quem apresentamos as nossas condolências.

— A sr.ª D. Lucinda da Conceição, de 87 anos, natural de Loulé e tia da sr.ª D. Adélia Oliveira dos Santos Pinho.

As famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

NASCIMENTO

No passado dia 28 de Fevereiro teve o seu bom sucesso no Hospital de Loulé, dando à luz uma criança de sexo feminino a sr.ª D. Maria Salomé Martins Pintassilgo Vairinhos, casada com o sr. Daniel Miguel Vairinhos.

São avós maternos a sr.ª D. Maria José Viegas Martins e o sr. Jaime Rocha Pintassilgo (já falecido) e avós paternos a sr.ª D. Maria Viegas Miguel e o sr. Joaquim dos Santos Vairinhos.

À recém-nascida foi dado o nome de Vanessa Isabel.

Os nossos parabéns aos felizes pais e avós.

LOULÉ



AGRADECIMENTO



ANTÓNIO CORREIA
ALEIXO

Sua família, desejando evitar qualquer falta involuntária, pôr desconhecimento de moradas e ilegibilidade de assinaturas de todas as pessoas que, de qualquer forma compartilharam a sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a quantos se interessaram pelo estado de saúde do saudoso extinto durante a doença que o vitimou e bem assim a todos aqueles que o acompanharam à sua última morada.

Para todos, o penhor da nossa gratidão.

Apartamento

Vende-se um apartamento em prédio de construção recente. Rés-do-chão com 5 assoalhadas, situado muito próximo do centro da vila.

Tratar pelo telefone 62028
— LOULÉ.

COMPRA-SE

Carro até 3 500 Kg. De preferência com bascula.

Tratar pelo telefone 62449

— LOULÉ.

PARQUET (TACOS)

Amândio Cavaco tem, para entrega imediata,
Mussibi de 1.º Parquet-tacos.

Valorize a sua construção aplicando bom material

FAÇA AS SUAS COMPRAS NA CASA

AMANDIO CAVACO

Av. da Liberdade — S. BRAS DE ALPORTEL
Telef. 42487

O HOTEL D. FILIPA tem novo director

Desde a sua inauguração em 1972, o Hotel D. Filipa marcou sempre lugar de relevo por entre os seus conterrâneos do Algarve.

Situado em pleno coração da orla marítima do Algarve e em ambiente paisagístico de grande evidência, este hotel tem sido dos mais preferidos pelos estrangeiros que admiram o sossego da nossa terra, o luxuoso ambiente da magnífica zona de Vale do Lobo (considerada um verdadeiro paraíso) e um serviço que sempre primou por um nível de elevado mérito.

Longe de ser um hotel selecção, o D. Filipa, é antes um hotel que os seus clientes sabem seleccionar.

Tal preferência é geralmente reflexo da capacidade gestora da respectiva direcção, a última das quais teve que pôr à prova uma grande capacidade de argumentação e inteligência para dar solução aos complexos problemas que continuam afectando a indústria hoteleira.

E dizemos última porque o Hotel D. Filipa tem agora uma nova Direcção que fez a sua apresentação no passado dia 9 perante reduzido número de convidados que participaram num cocktail que lhes foi oferecido.

As funções de Director passaram a ser exercidas pelo sub-director e nosso prezado amigo sr. Fernando de Almeida que desde 1974 faz parte dos quadros do Hotel D. Filipa e cuja vida profissional foi uma luta de permanente persistência e inquebrantável força de vontade.

Natural de Ferrocinto (Viseu) o sr. Fernando de Almeida cedo conheceu as adversidades da vida, pois ficou órfão de pai apenas com 1 ano de idade. Por isso não pôde ir longe com os seus estudos e, muito novo, se lançou na vida profissional da hotelaria lavando copos.

De empregado de mesa passou a chefe de mesa e mais tarde foi gerente do Café-Restaurante «Monumental», da «Caravela de Ouro» e da firma Pereira da Silva & Almeida (com uma cadeia de 6 restaurantes).

Por motivos políticos teve que abandonar o país em 1963 e empregou-se em Londres de novo como empregado de mesa e depois como chefe de mesa.

A sua vocação para a profissão que involuntariamente escolheu e a dedicação ao trabalho proporcionaram-lhe grande desembaraço no domínio da língua inglesa, atingindo, por isso, com relativa rapidez a posição de subdirector em vários hotéis de Londres e de director de «Fairlamb», de Essex, demonstrando assim as suas excepcionais qualidades e aquela competência que só conseguem aqueles que vivem e amam a profissão que servem com dedicação e através de aturados esforços, que já lhe permitiram publicar o tratado de hotelaria «The Waiting Service».

Em 1974 foi convidado para sub-director do Hotel Dona Filipa e aí gracia a uma fértil experiência acumulada, tem sabido enfrentar os mais complexos problemas consequentes da

Programas turísticos conjuntos envolvem Portugal, Espanha e Marrocos

Com o patrocínio e o concurso do Centro de Turismo Português em Madrid, transcorreu no Algarve uma reunião de agentes de viagens e hoteleiros, resultando do encontro a criação de programas turísticos conjuntos para Portugal (Lisboa e Algarve), Espanha (Costa do Sol) e Marrocos.

No prosseguimento desta iniciativa a comissão executiva voltou a reunir com elementos ligados ao sector turístico em Rabat, capital marroquina, para organizar programas a difundir pela América do Norte e na Europa Central.

No decorrer da sessão realizada em Lisboa, e que se seguiu à do Algarve, foi salientado o significado da desvalorização do escudo, que deverá ser aproveitada da «melhor ma-

crise que o turismo atravessa e conseguido manter um equilibrado bom senso na solução de casos para os quais a inteligência e o sentido de humor são factores de capital importância.

O sr. Fernando de Almeida preencheu a vaga em aberto pela saída do sr. Pierre Vacher que acaba de ser nomeado director do Hotel D. Filipa em Sharjah, localizado num Emirado da Arábia Saudita e que desde 1974 desempenhou as funções em Vale do Lobo com equilíbrio e o bom senso que as circunstâncias permitiram face às dificuldades levantadas para entrar no progresso turístico deste nosso Algarve.

Inglês por nascimento e perito em relações públicas por profissão o sr. Pierre Vacher, já desempenhou funções directivas na Guiana Inglesa e revelou-se no Algarve o técnico competente à altura das suas funções, tendo conseguido manter no Hotel D. Filipa um serviço que lhe tem assegurado a melhor clientela turística que tem frequentado o Algarve.

Disso são prova evidente a preferência que lhe tem sido dada pelas mais altas individualidades que se têm hospedado no Algarve.

Naturalmente que o mérito da colaboração prestada pelo sr. Fernando de Almeida foi factor importante para o preenchimento da vaga agora aberta e por isso felicitamos ambos pelo trabalho de equipa realizado, deixando-lhes as maiores felicidades e facilidades no desempenho das suas novas e ingratas funções de gestores.

O sr. Fernando de Almeida tem agora, como seu mais directo colaborador o subdirector e nosso prezado amigo sr. Manuel José Guerreiro Viegas, a quem, igualmente, endereçamos os nossos parabéns.

Achega dos Estados Unidos a Portugal no campo da habitação

Foi recentemente assinado no Ministério dos Negócios Estrangeiros um acordo de cooperação que concede uma garantia de investimento no valor de 20 milhões de dólares, que serão empregues em programas de construção promovidos pelas autoridades e pelo SAAL, a nível do Fundo do Fomento da Habitação.

O acordo em questão integra-se num vasto programa de cooperação económica entre Portugal e os Estados Unidos, o qual relativamente a 1977, engloba projectos no montante de 85 milhões de dólares (equivalentes a cerca de 3 milhões e 312 mil contos) respeitantes a sectores de saneamento básico, construção de escolas preparatórias e secundárias, centros de saúde em áreas rurais e assistência técnica e estágios.

O projecto de cooperação assinalado prevê a construção de 5 mil fogos em diversas zonas do País, nomeadamente, nos distritos de Aveiro, Por-

Portugal Continental e não só...

(continuação da pág. 1)

por precedentes de inequívoco significado, que ninguém ousa contestar.

Tão somente se poderá objectar a falta de reconhecimento «de jure» (devido à inexistência de aparelho legal), por parte de um organismo de envergadura internacional investido de plenos poderes para dirimir questões desta natureza. Pondere-se as demoradas conversações e reuniões, ao que parece longe ainda do seu termo, a nível das Assembleias do Mar (fomentadas e patrocinadas pela ONU), efectuadas em Genebra e noutras localidades, que não vieram ainda correr para a resolução definitiva e rápida de tão magno problema, o qual não se compadece com delongas...

Dai a antecipação, «de facto», dos países ribeirinhos à promulgação de qualquer estatuto multilateral ou convenção de irreversível valência e autoridade sobre esta matéria.

De qualquer forma há que tomar em consideração um ponto essencial: é que estes direitos de posse e soberania económicas competem ser salvaguardados pelos próprios países neles implicados.

Decorre assim que (o problema assume contornos complexos) só através de uma vigilância aturada e aperada, a cargo da marinha de guerra e da aviação, é que será possível manter relativamente intocáveis as reservas potenciais dessas zonas piscatórias, na capítulo que nos respeita, já muito dizimadas e degradadas pela razia produzida por frotas de arrastões estrangeiros.

Por todos os motivos invocados, além doutros, depara-se-nos se tanto nos propusermos uma tarefa herculea.

Como levar a cabo uma pesquisa verdadeiramente científica à escala e

proporção dessa enorme reserva em termos satisfatórios e num período de tempo útil, convertível em resultados práticos não distantes?

Como organizar e reequipar as frotas de pesca de alto mar e as infraestruturas de apoio subjacente?

Aqui reside o grande repto que nos compete salientar e atraer para ele as atenções mais prestantes.

O gigantismo da epopeia em perspectiva não nos deve intimidar, antes deve ser tida como incitamento a novos cometimentos, desta feita não no plano histórico dos descobrimentos e da consequente colonização ultramarina, mas na sedimentação de um surto de desenvolvimento que terá por suporte o mar, de um lado, e o engenho, a operosidade e a pertinácia dos epígonos dos mareantes de antanho, do outro, que somos afinal todos nós.

Mais uma vez o mar aponta o destino aos portugueses, que ante as incertezas do presente se interrogam, confusos e aturdidos, sobre a sua vocação e sobre o seu futuro no mundo.

Se no gozo das liberdades democráticas os portugueses se empenham em intermináveis querelas, porque não sublinhar a sua foga de uma gesta de reconstrução nacional para a qual lhes sobejam novos e promissores horizontes?

J. C. Viegas

Obscuro caso dos «Escudos» moçambicanos

Desmantelada uma rede de falsários

Serviram de cenário Santo Tirso e a capital nortenha a uma espectacular diligência da Polícia Judiciária que culminou com a apreensão de 108 000 notas falsas de mil escudos moçambicanos e a captura de onze indivíduos portugueses, nove dos quais retornados das ex-colónias.

Tão substancial viação suscita, como é natural, uma maré de apreensão e estranheza, dado que tão volumosa fraude não encontra precedentes nos anais falsários de Portugal, como de resto pouco frequente no mundo.

O caso tomou já foros de repercussão além-fronteiras tendo sido objecto de análise e debate a nível da Conferência Internacional da Moeda Falsa, realizada em Madrid.

Nos meios afectos às investigações que decorrem para apurar as ramifications do grupo, não se afasta a suspeita de que a falsificação visava atingir fins políticos, possivelmente o desequilíbrio económico daquela ex-colónia portuguesa por intermédio de «inundação» de dinheiro falso no mercado financeiro.

Ressurgimento da Sociedade Recreativa Artística Louletana

(continuação da pág. 1)

deitar mãos a trabalhos de conservação e manutenção das dependências da sede, que a acção deletéria do tempo, aliada a certa inoperância das direcções transactas, deixou em estado melindroso.

Formaram-se grupos de voluntários, angariaram-se meios e materiais, e o devotamento somado ao entusiasmo de uns tantos, para quem o espírito de equipa e de entreajuda não é letra vã, sortiram os efeitos almejados: as instalações reflectem bem todo o empenho e determinação postos no seu restauro.

Mas pelos vistos, a nova direcção não se quer confinar apenas à melhoria das instalações e à remodelação do sector administrativo, quer ir mais além, quer lançar-se em realizações de carácter cultural e recreativo, quer restabelecer, portanto, em moldes actualizados, a flama de que a agremiação outrora fez gala, quer reencontrar o trilho perdido de uma antiga tradição.

Ainda não há muito em conversa tida com os elementos da direcção e com associados que remontam à fundação da agremiação, ficamos cientes de um projecto para o qual se movem já os empenhos.

Faleceu o louletano Prof. Délio Santos

(continuação da pág. 1)

boa (curso de Ciências Históricas e Filosóficas).

Durante alguns anos professor do Liceu Normal Pedro Nunes, em 1939, foi convidado a ingressar na Faculdade de Letras de Lisboa.

Também lecionou na Escola Superior de Educação Física da Sociedade de Geografia de Lisboa, como docente de Psicologia, Pedagogia e História da Educação. Em 1974 corre a professor extraordinário de filosofia. Na qualidade de bolseiro do Instituto de Alta Cultura viajou pelo estrangeiro onde realiza aturadas investigações sobre problemas de cultura portuguesa.

Eleito deputado à Assembleia Nacional, pelo círculo de Faro, toma parte activa em debates parlamentares, entre os quais os respeitantes à investigação científica, a Universidade e o Teatro Português.

Na catedra da Faculdade de Letras, onde durante anos desfilaron várias gerações, regeu as cadeiras de Psicologia Geral, História da Educação,

Pedagogia e Didáctica, Filosofia Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, Moral, Teoria do Conhecimento e História da Filosofia em Portugal. Na década de sessenta foi também professor dos Estados Gerais Universitários de Angola, em Sá da Bandeira.

Independentemente das suas teses de doutoramento publicou extensa bibliografia, entre a qual sobressai, nomeadamente, «Valor estético da Poesia na Literatura Portuguesa Moderna», «Lógica e Tantologia» e «A cultura Humanística Portuguesa perante os problemas de uma Civilização Ecuménica».

O prof. dr. Délio Nobre dos Santos, de 64 anos, natural de Loulé, era casado com a dr.ª D. Maria Guilhermina Ribeiro Guizado Mota Carvalho Nobre Santos, pai da sr.ª D. Maria Frederica de Freitas Nobre Santos Azevedo Peres, do sr. Rafael Alexandre de Freitas Nobre Santos e da menina Maria Isabel Mota Carmo Nobre Santos.

A família enlutada endereçamos sentidas condolências.

Sentei-me ao pé do Mar

e conversei com ele;

pedi-lhe para contar

velhas histórias.

Então, o mar chorando,

falou devagarinho

e disse, soluçando,

ter perdido um amigo,

como ele muito antigo,

como ele muito forte,

mas porque foi traído,

não resistiu à morte.

Perguntei-lhe quem era

esse amigo leal

que a tradição matou?...

Então o mar ergueu-se

e gritou como um louco:

— O meu amigo morto

É PORTUGAL!

Leonel de Sousa

Apelo dum jovem desesperado

Praga que caíu sobre a humanidade contemporânea, enfermidade epidémica que se propaga num ritmo assustador, veneno que vem corroendo o povo do amanhã, mal que inca e se infiltra até pelos povoados mais sertanejos e esquecidos — é a droga. Bem podemos considerá-la como um dos sinais dos tempos da nossa era.

Por ser muito oportuna e nos parecer de grande utilidade, vamos transcrever a carta dum leitor que «O Comércio do Porto» publicava em 28 de Janeiro e que, além de tudo o mais, é um testemunho insuspeito.

«Éramos 15 jovens, com idades entre 10 e 12 anos. Reuníamo-nos todos os dias num pequeno compartimento onde mal cabiam sete de nós; não era a falta de espaço que nos fazia desanimar. Quem escutasse, facilmente compreenderia tudo pelos gritos de dor e angústia, gritos histéricos e actos de desespero que de nós brotavam. Enquanto a maldita droga circulava, quer por cigarros quer por injeções, o corpo de alguns era invadido por fortes excitações, dores terríveis, aceleração do ritmo respiratório. Desde as alucinações em que meus colegas me apareciam com as mais diversas formas aos sons e cores que pelos nossos cérebros passavam, tudo se assemelhava a uma viagem feita ao inferno.

Meu estado de saúde não me permitia por muito tempo conversar com todos os meus colegas que começaram há pouco tempo a destruir-se com a maldita droga, POR AMOR DE DEUS, DEIXEM ESSE PASSATEMPO MALDITO, que, como a mim, já matou tantos jovens que ainda não gozaram a vida. Há muitas semanas nada como: 2 dl. diárias de «coca», hachiche e marijuana substituirão, até ao fim do meu ser, a alimentação. Deus perdoa, mas a droga castiga. Estou podre e cansado. «Gostaria de chegar onde eu cheguei?» Fugi dos que vos levam por caminhos de perdição, e digo-vos isto com lágrimas nos olhos e o coração despedaçado pela droga e dor.

Quais os criminosos interessados em matar a juventude?

Amigo, entrega-te a Cristo e a tua frustração e angústia, depressa darão lugar à esperança e à alegria de viver.

A droga anda por aí destruindo muitos que como eu acreditam nas viagens ao imaginário e impossível. P. J. — Porto.

(Em «A Voz de Lamego, 3/2/77)

CARTAS AO DIRECTOR

DUARTE PACHECO BANIDO DA TOPOONÍMIA DE FARO PORQUÊ?

Do nosso prezado amigo e leitor, sr. Manuel Guerreiro Farrajota, recebemos uma carta que nos mereceu a melhor atenção pelos penetrantes considerando-nos nela grafados e com os quais (escusado será dizer-lhe) nos solidizamos, por quanto é absolutamente justificado o seu manifesto desapontamento e o seu oportuno repara-

do teor a carta referida:
Mem Martins, 23 de Fevereiro de 1977.

Prezado Amigo:

Embora não residindo há longos anos em Loulé, terra onde nasci e muito amo, jamais deixei de enaltecer-lá e de me regozijar quando a nossa «Voz de Loulé» me traz notícias agradáveis acerca do seu progresso ou algo de bom se faz por ela, assim como me causa sempre profunda mágoa quando, como é óbvio, acontece o contrário.

HABITAÇÕES DEVOLUTAS TERÃO NOVAS RENDAS

Uma portaria do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção publicada no «Diário da República» estabelece as normas pelas quais é calculado o valor das habitações de renda limitada com mais de 15 anos, tendo em consideração as características do fogo, localização e estado de conservação da casa.

O diploma determina que, quando uma casa se encontre vaga ou fôr pedida a sua avaliação, a renda será calculada pelo Fundo do Fomento da Habitação, como se de um prédio novo se tratasse, e de acordo com as variações de custo por metro quadrado, definidas num diploma de 1976.

Se a habitação tiver mais de 15 anos, o valor inicialmente previsto será modificado em função de três variáveis: características e estado de conservação do fogo, estado de conservação do edifício e situação urbana.

Cada uma destas variáveis será, depois, quantificada pela comissão avaliadora, conforme o estado do prédio e do edifício, e feita a média aritmética dos coeficientes encontrados.

É que eu conservo ainda aquele bairrismo outrora tradicional no Louletano, que o distingua dos seus compatriotas e tão bem focado foi pelo Dr. Maurício Monteiro, louletano pelo coração, no seu artigo «Em Loulé sede louletano» há tempos ali publicado.

Vem isto a propósito da tremenda injustiça da Câmara Municipal de Faro para com o nosso conterrâneo saudoso ministro Duarte Pacheco, suprimindo o seu nome da toponímia da cidade, altitude tão insensata quanto é certo, que eu saiba, nenhuma outra tomou tal decisão. E, todavia, em todo o País, muitas são as cidades e vilas, inclusive a Capital, onde figura o nome do prestigioso ministro na sua toponímia como preito de merecida homenagem, honrando-o e honrando-s.

Trata-se, portanto, duma lamentável e triste atitude, mais sentida ainda por ter sido tomada, infelizmente, pelo município da capital do distrito que foi berço do notável louletano, classificado de extraordinário ministro por insignes entidades nacionais e estrangeiras!

No artigo de F. Rebelo «Duarte Pacheco — Hora de Reparação?», inserido no n.º 598 de «A Voz de Loulé», que muito apreciei e certamente mereceu unânime aplauso de todos os portugueses, bons patriotas, que dele tomaram conhecimento, do que é testemunho a transcrição no semanário «Vária 8», já o articulista, e muito bem, dá o devido relevo às qualidades e obra do competente ministro, salientando a sua isenção política e, assim, quão absurda, precipitada e inconsciente foi a deliberação da edição farense.

Em contraste com tal resolução devo frisar que, ainda há pouco tempo, nesta localidade à Mem Martins, onde resido, foi dado o nome do Engenheiro Duarte Pacheco a uma nova rua!

Ocorre, pois, perguntar: Se Duarte Pacheco fosse natural de Faro teria a Câmara procedido de igual modo?... Dúvido bastante.

Por que então esta hostilidade para com a memória do ilustre louletano?

Terá sido a consagração que melhor entendeu tributar ao HOMEM que personificava o trabalhador, ao grande patriota que perdeu a vida no seu posto ao serviço da Nação?

Quando chegará a hora da reparação?

QUANTOS ROUBOS à sombra da Reforma Agrária?

Para reformar sistemas há que formar as criaturas. Os homens do 25 de Abril, levados por políticos de ocasião, esqueceram a formação des-

AGENDA DOS PORTOS DE SOTAVENTO DO ALGARVE

Recebemos por parte da Junta Autónoma dos Portos de Sotavento do Algarve a oferta de 2 exemplares da Agenda dos Portos de Sotavento do Algarve, para 1977, e que vai já no 41.º ano de existência e como tal, possivelmente de edição.

Penhor da sua utilidade e valia é pois esta sua regular publicação, que mantém desde o seu aparecimento um agregado informativo meteorológico e astrológico de inegável interesse, a par de outras indicações igualmente prestativas, como horários de combóios e camionetas, tabelas diversas, distâncias marítimas e por estrada, festas móveis, feriados, faróis da costa algarvia etc.

Pela lembrança e oferta aqui deixamos consignados os nossos agradecimentos.

tes e os crimes têm-se multiplicado em todos os sectores da vida social tomando volume no agrícola, onde os sociais-fascistas e anarquistas se implantaram de forma tal que os roubos praticados à sombra da Reforma Agrária, foram e infelizmente continuam sendo classificados de «conquistas dos trabalhadores».

As ocupações de terrenos incultos apontam-se, mas os cultivados e até semeados, especialmente no Alentejo, foram em muitos casos tomados de assalto, bem como as casas agrícolas, algumas com apreciável número de cabeças de gado, sementes, máquinas e utensílios de lavoura, sem quaisquer indemnizações aos proprietários ou rendeiros.

Sabemos de Caixas Agrícolas em apuros porque os sócios tendo recorrido a empréstimos para as suas explorações agrícolas, uma vez despossessados dos mesmos deixaram de ter rendimentos para os respectivos encargos.

Se os ocupantes ou os seus mandatários fossem honestos, ao tomar conta do activo, inteirar-se-iam do passivo para avaliarem dos prós e contras das ocupações. Mas como o grito dos irresponsáveis especialmente no período Gonçalvista era: «a terra a quem a trabalha», só o activo interessava, e os ocupantes vitoriosos por políticos experientes em jogos malabares, estragaram muito, ficando com fama de bons trabalhadores.

Quem indemnizaria as Caixas Agrícolas das importâncias que os sócios deixaram de pagar pelas ocupações dos prédios que exploravam como donos ou rendeiros?

Os trabalhadores, sem noção das responsabilidades e, na maioria, pouco produtivos, é de admitir que em alguns casos gastaram em seu proveito o que encontraram e o que produziram contribuindo para o seu empobrecimento e o da Nação.

Os tais políticos sem escrúpulos que o Povo sabe quem são, deveriam responder pelos actos que fazem perigar o equilíbrio social e económico da Nação, mas se muitos deles continuam a chamar «conquistas dos trabalhadores» os roubos feitos à sombra da Reforma Agrária, e tantos outros que as Organizações Sindicais toleram ou defendem em relação a ordenados «chorudos» que não são de

admitir uma vez confrontados com muitos irrissórios que difícil seria enumerar, será possível trilhar caminhos menos sinuosos, sem, através de inquérito conscientioso, apurar os roubos praticados, o chamar à responsabilidade dos mesmos, quantos cívicos ou militares, tenham tolerado abusos que, bem vistas as coisas, nem aproveitaram aos abusadores?

O discursos sucedem-se, dando esperanças de melhores dias, o Povo vai-se cansando de promessas, a economia da Nação deteriora-se, porque os falsos revolucionários não desarmam e vão manobrando traiçoeiramente para que não haja estabilidade governativa.

Para esta há absoluta necessidade de evitar medidas injustas como consideramos a de percentagens sobre a totalidade de vencimentos de qualquer financeiro para fazer face ao custo de vida. Este é igual para todos e se há ordenados de 30 contos e mais e também os há inferiores a 5, poder-se-á conceber percentagem igual para todos? Porque não um vencimento de categoria segundo a responsabilidade dos cargos e subsídios de custo de vida igual para todos, e se para alguns maior, para os de menores salários?

Quem advoga ou patrocina medidas como a de percentagem iguais para todos, não estará a contribuir para a instabilidade governativa?

Quem classifica de «conquista dos trabalhadores» os roubos à sombra da Reforma Agrária e outros que consistem na exigência de salários que as Empresas não têm condições para pagar, não estará contribuindo para aumentar os problemas da Nação?

JOAQUIM PISCARRETA

POUPE GASOLINA!

O seu automóvel precisa de revisões periódicas para que o desgaste e consumo de gasolina seja reduzido.

Faça hoje o teste de consumo na oficina SOUSA & MARTINS, LDA. (antiga oficina Morgado) — LOULÉ.

VIGIE A SUA SAÚDE

CARDIOLOGIA PREVENTIVA

As doenças cerebro vasculares constituem a primeira causa da morte em Portugal, totalizando mais de 21 000 óbitos em 97 000, ou seja cerca de 22 por cento do número de mortes, tanto em 1974 como em 1975 — afirmou à ANOP o prof. Fernando Pádua, presidente recém-eleito da Sociedade Portuguesa de Cardiologia.

Segundo acrescentou o entrevistado, «tão elevada incidência contrastando com números muito mais baixos para a doença isquémica do coração, só se encontra, dentro da Europa, na Bulgária e também, curiosamente, lá longe, no Japão e algumas ilhas do Índico e do Pacífico.

Para uma doença que «leva décenios a chegar à situação final

de oclusão dum ou mais artérias, sejam elas cerebrais, cardíacas, renais ou dos membros», o prof. Fernando Pádua acentuou que «as medidas profiláticas terão de ser também continuadas, ao longo dos mesmos décenios, começando por corrigir, na infância e na adolescência e depois na idade adulta, os factores de risco: redução de gorduras animais (ovos, manteiga e queijo e ainda as carnes gordas), a fim de baixar o colesterol, restrição de sal e, se necessário, terapêutica medicamentosa para normalizar a tensão arterial, proibição do uso do tabaco, controlo do peso, resstringendo as gorduras e o açúcar, e exercício físico diário — uma boa marcha a pé».

APARTAMENTOS



Vendem-se com 3 e 4 assoalhadas de luxo. Bloco em construção na Urbanização Expansão Sul, lote B (saída para Faro).

MANUEL RICARDO M. DA SILVA & C. LDA. — Construção de edifícios para venda em propriedade horizontal.

Escritório e residência na R. dos Combatentes da Grande Guerra, 56 — Telef. 62449 — LOULÉ.

L. S.

SR. AUTOMOBILISTA:

— RESPEITE OS LIMITES DA VELOCIDADE!

ENTRE TAVIRA E LOULÉ

Museu ignorado
de antiguidades portuguesas

Um dia destes deslocamo-nos, por oésquio de pessoa amiga, a Monte Guerreiro, em Santo Estêvão, que dista desta Vila 35 quilómetros e 12 quilómetros de Tavira e ficámos, ante o que nos foi dado apreciar, surpreendidos por um repositório de preciosas antiguidades acumuladas ao longo dos anos pelo sr. José Men-
donça Furtado.

Rodeado por uma paisagem bucólica, herda rústica que não lhe falta atração paradisíaca, fica assim situado, quando tal não faria supor, um valioso reservatório pouco conhe-

cido, de peças raras que o seu colecionador tem procurado coligir com meticulosa devoção.

Algumas de valor etnográfico, outras de valor histórico e artesanal, e ainda outras de interesse arqueológico, todas de valor museológico, esta grande colecção de antiguidades é merecedora de atenta visita, até se podendo inscrever, pelo cuidado e esmero expositivo com que se encontra enquadrada nos itinerários das excursões como uma etapa turística de inegável significado cultural.

Estudantes portugueses
beneficiam
de bolsa de estudo israelita

O Governo israelita vai conceder bolsas de estudo a técnicos agrícolas e estudantes portugueses interessados, particularmente, em tratamento de solo e irrigação. Esta decisão vem na sequência da visita a Portugal de dois especialistas de assuntos agrícolas.

Somos um país de 8 séculos mas, em matéria de agricultura, temos imenso que aprender com esse jovem e fulgurante país que é Israel. Principalmente quanto a trabalhar.

LIVROS NOVOS

HARMONIA CONJUGAL

Na nossa época, vivemos num terreno comum de insegurança. O medo de se revelarem é um fenômeno que cada vez mais se desenvolve entre os membros dum casal. É preciso muitas vezes que as coisas corram muito mal, mesmo muito mal, num casamento, para que ambos consigam olhar de frente para o que paralisa a relação.

Será a harmonia conjugal um sonho irrealizável? A autora, especialista em problemas do casal, pensa que, na maior parte dos casos, os problemas conjugais têm solução. Nesse sentido escreveu este livro, que não só ajudará os casais a solucionar grande número de problemas conjugais, mas também, o que nos parece mais importante, poderá funcionar como uma medicina preventiva. Isto é, auxiliará os casais a detectarem e evitarem a tempo os estadios de espírito, as situações, os problemas que destroem a harmonia conjugal.

Um livro a ser lido por todos os casais e por todos aqueles que pensam casar.

Autora: Jeannine Marroncile.
Casa editora: Publicações Europa-América.
Colecção «Biblioteca do Homem e da Mulher».

QUARTEIRA

Precisa-se apartamento, próximo do mar, para o mês de Agosto.

Nesta redacção se informa.

UNIÃO DE MERCEARIAS
DO ALGARVE, LDA.

De há longos anos distribuidores das ÁGUAS CASTELO e CARVALHELOS.

Distribuidores no Algarve da Sociedade Comer-

cial Abel Pereira da Fonseca.

FARINHAS PARA GADOS

Telefone 62022 — LOULÉ

CRÓNICA
DE ALBUFEIRA

ALBUFEIRA — Com a presença de Ex-mo Senhor Governador Civil, Presidente da Comissão Regional de Turismo, Presidente da Câmara Municipal, altas individualidades oficiais e de industriais de hotelaria realizou-se uma cerimónia para inauguração da sede do Clube Barmen de Portugal, como delegação no Algarve, sendo escolhido Albufeira como centro, entre o Barlavento e Sotavento.

A sede da delegação no Algarve, da Associação Clube Barmen de Portugal, instalou-se no Largo Engº Duarte Pacheco, tornando-se finalmente numa realidade, por Albufeira reunir mais profissionais de hotelaria e ser considerada Rainha do Turismo Nacional.

O Presidente da Associação do Clube Barmens de Portugal no Algarve Sr. Jorge Moniz Pereira recebeu os convidados e associados tendo palavras de agradecimento pela presença de todos. Depois do uso da palavra de outras individualidades ligadas aos profissionais de Turismo falou o sr. Governador Civil que no uso da palavra disse ser a Associação do Club Barmen de Portugal escolhida como sede em Albufeira centro Turístico no Algarve, um ponto de reunião entre os trabalhadores onde poderão defender a sua profissão e servir a troca de ideias profissionais e turísticas. A concluir formulou votos sinceros de agradecimento pela maneira sincera e aberta como foi recebido com os desejos de felicidades para todos.

Durante a noite foi bastante visitada a Sede da Associação.

Mais uma escolha incidiu em Albufeira, que assim se viu distinguida, como exemplo frisante de atracção turística, bem secundado pelo profissionalismo de hotelaria.

José Leal Branco

FESTIVAIS DE FOLCLORE
NO ALGARVE

O SPAAL — Secretariado para a Animação do Algarve (Racal Clube) vai organizar no próximo mês de Agosto o FESTIVAL DE FOLCLORE DO ALGARVE de 1977, cujas inscrições começam a ser recebidas.

Este Festival, a que só poderão concorrer agrupamentos folclóricos do Algarve, destina-se a premiar os melhores trabalhos em prol da manutenção daquela forma de cultura popular nessa província.

Os vencedores desta manifestação serão os representantes do Algarve no FESTIVAL NACIONAL DE FOLCLORE que o Racal Clube organizava em Outubro do corrente ano.

Anuncia-se também que está já em fase muito adiantada a organização em 1978 do GRANDE FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE DO ALGARVE, em cuja participação manifestaram já interesse cerca de 20 países de todo o mundo.

Os agrupamentos folclóricos concorrentes ao FESTIVAL DE FOLCLORE DO ALGARVE de 1977 devem enviar a respectiva inscrição para SPAAL — Secretariado para a Animação do Algarve, Arco da Porta do Castelo — Silves.

PATACÃO



AGRADECIMENTO

MANUEL BATISTA

Esmeraldina Hipólito Batista, seu marido José Cris-
tão de Sousa Guerreiro e filha vêm por este meio, na
impossibilidade de o fazer
pessoalmente, agradecer a
todos quantos se dignaram

acompanhar o seu saudoso
ente querido à derradeira
morada, ou que, de qualquer
outra forma, lhe manifestaram
o seu pesar.

O desvio das mil «G-3»

O alferes Luís Miranda Colaço, do antigo Regimento da Polícia Militar, que está implicado no célebre caso do desvio de armas, ocorrido durante o consulado gonçalvista, que havia desertado e abandonado o País, apresentou-se voluntariamente no Estado Maior das Forças Armadas, donde transitou para o Estado Maior do Exército e dali para o forte militar da Trafaria. Teria sido o referido oficial que, sob ordens do major Tomé, 2.º comandante da P. M., procedeu à entrega da famosa remessa das mil «G-3» ao famigerado (desertor) capitão Fernandes, que, por sua vez, as distribuiria e colocaria «em boas mãos», no dizer do então general Otelo.

CLUBE INTERNACIONAL DA MARINA
DE VILAMOURA (CIMV)DÉCIMO CARTÓRIO
NOTARIAL DE LISBOA

A CARGO DO NOTÁRIO
LIC. MANUEL RODRIGUES
MENDES DE ANDRADE

PARÁGRAFO ÚNICO: — A Mesa da Assembleia Geral é composta por três associados competindo-lhe convocar, dirigir e redigir as actas dos trabalhos das Assembleias Gerais.

ARTIGO QUINTO: — A Direcção é composta, pelo e compete-lhe a gerência social, administrativa, financeira e disciplinar, devendo reunir, pelo menos, uma vez por mês.

ARTIGO SEXTO. — O Conselho Fiscal é composto por três associados e compete-lhe fiscalizar os actos administrativos e financeiros da Direcção, verificar as suas contas e relatórios, e dar parecer sobre os actos que impliquem aumento de despesas ou diminuição das receitas sociais.

PARÁGRAFO ÚNICO: — O Conselho Fiscal reunirá, pelo menos, uma vez em cada trimestre.

ARTIGO SÉTIMO: — No que estes estatutos sejam omissos rege o Regulamento Geral Interno, cuja aprovação e alterações são da competência da Assembleia Geral.

Está conforme o original, na parte extractada, nada havendo em contrário ou além do que nesta se narra e transcreve.

Lisboa, vinte e cinco de Fevereiro de mil novecentos e setenta e sete.

O Ajudante,

Maria Manuela Vilhena
de Azevedo Correia

CRIANÇAS
TOMA-SE CONTA

Senhora, oferece-se para tratar de crianças a partir de 1 mês aos 3 anos. Informa pelo telefone 63116 ou na R. Ascenso Guimarães, 48-5.º, Dt.º — LOULÉ.

(2-1)



JOSÉ GUERREIRO

NETO & FILHO, LDA.

SE PRETENDE ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO PARA
O SEU PROBLEMA...

— IMPERMEABILIZAÇÕES:

COBERTURAS, PAREDES, FUNDAÇÕES, DEPÓSITOS, etc.

— PAVIMENTOS INDUSTRIALIS E PECUARIOS

— ISOLAMENTOS TÉRMICOS:

CÂMARAS FRIGORÍFICAS, COBERTURAS, etc.

Uma equipa de pessoal especializado
encontrar-se-á ao seu dispor

Escritório: Rua Padre António Vieira — LOULÉ
TELEFONE 62 283

AUSTERIDADE

(no reino dos milhões...)

(continuação da pág. 1)

tar pela produtividade. O nosso Zé Povinho, só compreenderá essa realidade, quando os fazedores de promessas vãs, aprenderem a ser sinceros e francos. Até lá, havemos de alimentar a esperança balofa, de uma austeridade a nível geral, mas, esse fantasma real aos olhos de todos, continuará, sem pedir licença a morar nos lares mais débeis, e de piores re-cursos.

Os restantes, e felizmente que ainda são algumas dezenas de milhar, não vão de certeza anuir a tais medidas. Como aliás nunca terão acreditado, que o bem estar, cairia do céu aos trambulhões, continuam produzindo, sem dar cavaco aos vendilhões do «socialismo de miséria», sem acreditarem na possibilidade de uma sociedade igual para todos, porque ela não existe.

A austeridade, poderá e deverá ser imposta. De uma maneira ou de outra, directa ou indirectamente, todos compartilharemos dos seus efeitos, embora nem todos tenham contribui-

«A Voz de Loulé», n.º 616, 24-3-77

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

Correm éditos de 20 dias, a contar da 2.ª publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos que gozem de garantia real para no prazo de 10 dias, posterior ao dos éditos, reclamarem o pagamento dos seus créditos pelo produto do inóvel rústico sito em Cabeca do Mestre, S. Clemente, Loulé, inscrito na matriz sob o art.º 2 370, pertencente aos autores e aos réus, e que vai ser vendido nos autos de acção especial de divisão de coisa comum que na 2.ª Secção deste Tribunal, Manuel Gonçalves Martins e mulher Maria Aurete Guerreiro Costa, Poço do Arneiro, Salir, movem contra Juiliana de Sousa Pencarinha, viúva de Joaquim Guerreiro Casanova, e filhos, Loulé, e Rosa de Sousa Casanova, viúva de António Guerreiro Casanova, e filhos, Loulé.

Loulé, 28 de Fevereiro de 1977.

O Escrivão de Direito, João-Maria Martins da Silva
Verifiquei: — O Juiz
Substituto,
Miguel Teixeira Ribeiro



PHILIPS
GARANTIA DE QUALIDADE

APRECIOS OS NOSSOS MODELOS DE
ELECTRODOMÉSTICOS ● RÁDIOS
TELEVISORES ● ASPIRADORES
A mais apurada técnica em alta fidelidade

◊ ASSISTÊNCIA TÉCNICA GARANTIDA ◊

VISITE:

ELECTRO PALMA

Av. José C. Mealha — Telef. 62025 — LOULÉ

«A VOZ DE LOULÉ»

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

(1.ª publicação)

NOTÁRIO:
LICENCIADO NUNO ANTÓNIO DA ROSA PEREIRA
DA SILVA

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º B-93, de fls. 28, v.º a 32, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 11 do mês corrente, na qual Maria Rita Silvestre, viúva, residente nesta vila de Loulé, se declarou dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, do seguinte prédio:

Rústico, constituído por uma couraça de terra de se-mear e barrocal, com árvores, no sítio do Concelho, freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé, confrontando do norte com herdeiros de Manuel Grossos, do nascente e sul com Carlos Galego e do poente com Manuel Pires Raminhos, omisso na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo n.º 5419, com o valor matricial de 2 120\$00 e o declarado de 3 000\$00;

Que o prédio supra descrito lhe foi adjudicado e ficou a pertencer nas partilhas dos bens das heranças por óbito de Manuel Francisco dos Santos, Manuel Martins de Sousa Galego e Maria Rita, que foram residentes na vila, freguesia e concelho de São Brás de Alportel, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública; sendo também certo,

Que desde o ano de 1937, já no estado de viúva, sempre ela justificante tem vindo a possuir o prédio supra descrito, em nome próprio, e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida, sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo, por isso, a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também o adquiriu por usucapião.

Está conforme ao original.
Secretaria Notarial de Loulé, 15 de Março de 1977.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

PINTURAS

ANIBAL DIREITINHO

Encarrega-se de todo o serviço de pinturas em construção civil.

ORÇAMENTOS GRATIS.

Serviço por empreitada ou administração directa.

CONSULTE-NOS:

Av. José da Costa Mealha,
N.º 54-1-1-Dto.
Telef. 63088 LOULÉ
(12-5)

«A Voz de Loulé», n.º 616, 24-3-77

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

ANÚCIO

(2.ª publicação)

Pejo Juízo de Direito da comarca de Loulé, nos autos de acção com processo ordinário, com pedido de assistência judiciária n.º 95/76 que correm termos pela 1.ª secção, em que é Autora e Requerente Bernardete Laurinda Lelo, divorciada, doméstica, residente na Rua de Terrique, n.º 7, em Évora e Réus JOSÉ JOÃO BARANHA, divorciado, negociante e MARIA PURÍSSIMA PACHECO ROCHA, solteira, maior, doméstica, actualmente em parte incerta da França e com a última residência conhecida no País, no sítio dos Cavacos, freg.º de Quarteira, do concelho de Loulé e ALICE CORREIA ROCHA e marido MANUEL DA SILVA BRITO, ela doméstica e ele proprietário, residentes actualmente em parte incerta do Canadá e com o último domicílio conhecido na aludida freguesia de Quarteira, são todos estes Réus citados para contestarem, querendo, devendo apresentar a sua contestação no prazo de 20 dias que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contada da data da 2.ª e última publicação deste anúncio, podendo a contestação englobar a do pedido de assistência judiciária, sob a comunicação da confissão dos factos articulados pela Autora na petição inicial, a

qual consiste, em síntese, em as compras e vendas de 2 prédios mencionados na mesma petição serem declaradas nulas e de nenhum efeito em relação à Autora, que se reconheça que os mesmos prédios fazem parte do património comum por partilhar do dissolvido casal da Autora com o 1.º Réu, que se condenem a 2.ª e 3.ª Réus a entregar cada o prédio de que está na posse e a absolverem-se de praticar quaisquer actos neles e que se condenem os aludidos Réus a indemnizarem a Autora pelos prejuízos que lhe causaram, estão causando e vierem a causar, até total entrega dos prédios, a liquidar em execução de sentença, como tudo melhor consiste do duplicado da petição inicial que se encontra na secção à disposição dos Réus.

Loulé, 24 de Janeiro de 1977.

O Juiz de Direito,
1.º subst.,
a) Miguel Teixeira Ribeiro

O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Semedo

VENDE-SE LOJA

Ou aluga-se, com cave na R. Vasco da Gama em Quarteira, servindo actualmente de Boutique.

Nesta redacção se informa.

(3-2)



ARMELIM CONTREIRAS

STAND DE AUTOMÓVEIS
Compra, Vende e Troca Automóveis
novos e usados

Telef. 62919
Stand: Rua Diogo Lobo Pereira
Resid.: Rua dos Combatentes da
G. Guerra, N.º 14-1-1-Esq.º

(Largo do Chafariz)
Campina de Cima
LOULÉ

Torne mais acolhedor o seu lar

COMPRANDO NA

CASA SIMÃO

as mobílias que mais gosta ou os móveis avulso que mais se harmonizem ao ambiente da sua casa.

Para DECORAÇÕES — ESTOPOS — COLCHOARIA

VISITE A

CASA SIMÃO

A MOBILADORA

ANTÓNIO SIMÃO VIEGAS, LDA.
Praça da República, 8 — Telefone 62110 PPC
Filial: 34, Avenida Marçal Pacheco, 49 a 51
LOULÉ

Sessão da Edilidade da Câmara Municipal de Loulé

No passado dia 11, à noite, decorreu nos Paços do Concelho desta vila a primeira sessão camarária do mês que concitou a presença plenária da vereação e larga comarcação de munícipes.

Inscreram-se na ordem de trabalhos vários assuntos chamados de rotina que, num ou outro caso, mereceram deliberação positiva ou negativa dos vogais depois apreciadas e analisadas as suas implicâncias, quer em relação ao enquadramento urbano, quer no tocante ao regulamento de posturas municipais.

Foram aprovadas as contas de gerência de 1976, que apresentaram os seguintes montantes: Saldo que transitou para 1976, 4 240 774\$30; Receitas de 1976, 43 908 800\$00; Despesas de 1976, 45 413 356\$90; Saldo para 1977, 2 736 217\$40.

Decorreu a sessão, portanto, sob um ambiente sereno a que não faltou a habitual troca de impressões e pareceres, salvo o caso de um munícipe que sem ser convidado para isso caprichou na inopportunidade interrupção dos trabalhos em curso.

Dada por finda a reunião da edilidade propriamente dita, foram convi-

Cuidado com o gás

Nunca são demais os cuidados a ter com o gás. Uma distração, um pequeno prelado, até, pode vir a redundar em acidentes de maior ou menor gravidade, ou até mesmo em casos lamentavelmente fatais.

Felizmente, uma ocorrência desta natureza dada aqui em Loulé não couro resultados funestos por pouco. Mesmo assim três pessoas que inalaram a atmosfera fortemente impregnada de gás de consumo doméstico recolheram ao hospital intoxicadas. Valeu na emergência uma chamada feita pelo chefe de família que ainda conseguiu reunir forças para reagir e comunicar com o exterior.

A causa do acidente provém de inadvertidamente não se fechar a gás por se ter apagado a chama piloto do esquentador.

Nunca serão demais, portanto, todas as precauções e prevenções com o uso do gás, como de resto com a manipulação de quaisquer produtos de antemão sabidos nocivos e perigosos para a saúde.

BERLIM ORIENTAL tem novas portagens

Segundo se noticia, a Alemanha Oriental promulgou novas portagens de estrada de acesso a Berlim Oriental, a partir da cintura que corta a meio a cidade.

Observadores ocidentais classificaram a medida como tentativa para desencorajar os contactos humanos através do «muro de Berlim».

A tarifa de 10 marcos cobrada pela utilização de estradas quase duplica o custo de uma viagem para além do citado «muro».

Além de muitas outras coisas, o célebre «muro de Berlim» facilita a entrada de divisas dos países capitalistas...

Regime Provisório de Gestão encerra no fim do mês corrente

Através do Decreto-Lei n.º 84/77, o Ministério das Finanças faz saber que delimitou até 31 de Março de 1977, o prazo de cessação, inadiavelmente, do regime provisório de gestão a que se encontravam condicionadas as empresas privadas, salvo se, naquela data não tiver ainda decorrido o prazo de 120 dias em que deverá estar concluído o inquérito levantado às empresas, quando tal for necessário.

O prazo aludido foi fixado pelo n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 422/76, de 29 de Maio, cabendo ao ministro da tutela a sua ordenação.

Por seu turno, «o Estado só poderá intervir na gestão de empresas

dados pelo presidente do Município a pronunciarem-se, os munícipes ali presentes.

Foram então levantados reparos, um incidindo na obstrução de acesso a uma moradia, outro sobre a situação do processo concernente à despropriedade de terrenos, destinados à construção de fogos, de que é interessada a Associação dos Moradores do Bairro 26 de Junho.

O assunto foi apresentado por um representante da Comissão, que iniciou o diálogo com o encarregado de uma série de interrogações, que obtiveram por parte do presidente do Município os respectivos esclarecimentos, salientando que foi não haver da parte da Câmara, animosidade de qualquer espécie mas antes empenho na conveniente resolução do problema.

Foi então dado saber que se aguarda do Ministério da Habitação a autorização pedida respeitante à despropriedade, do terreno em vista, sem a qual nada se poderá realizar.

Leilão de viaturas da Electricidade de Portugal

A propósito de um celeumático caso, que foi muito comentado pela imprensa em geral e concernente ao leilão privativo de viaturas entre os empregados da EDP (Electricidade de Portugal), esta empresa veio agora a público dar conta da posição assumida em relação àquela arbitrariedade.

Num comunicado emitido, a EDP divulga que o referido leilão, exclusivamente destinado aos seus trabalhadores, foi anulado pelo que em data oportuna fixará novo leilão extensivo ao público em geral.

A imprensa diária não revelou o local do referido leilão.

Assim, sim. De outra forma não, porque indecorosa.

Classificações do concurso de desenho infantil promovido pela Sociedade Recreativa Artística Louletana

Sob a égide da Sociedade Recreativa Artística Louletana, e de conformidade com o programa delineado realizou-se, no passado dia 13 nas instalações da sua sede, um concurso de arte infantil que acusou elevada afluência de pequenada.

Escusado será salientar que a realização angariou completo êxito, tanto no sentido do desígnio artístico, como no aspecto social do termo pelos momentos de sã convívio que também conjuntamente proporcionou.

Organizados que foram dois escalões de idade, dos 7 aos 9 e dos 10 aos 12, que reuniram respetivamente 44 e 58 concorrentes, o certame, que demonstrou um elevado nível organizativo, ofereceu no final, previamente seleccionados por um júri que se afigurou bastante para cumprir com o tempo estabelecido no regulamento, as

Longínqua leitora do nosso jornal endereça-nos exortação encorajante

É corrente estabelecermos contactos com longínquos leitores e assinantes do nosso jornal que o destino espalhou pelos diversos quadrantes do globo.

E por isso que sempre registamos com solicitude e agrado todas as suas cartas pontilhadas de nostalgia, de interrogações, de confidências e não poucas vezes de exortação que nos sensibilizam e tocam particularmente, dando conta de que, embora distantes, os seus olhos permanecem postos neste terrão natal que nos é co-mum.

Vem isto a propósito de uma carta recebida dos Estados Unidos da autoria da nossa estimada assinante sr.º D. Maria de Brito, que muito agrada-deemos.

Textualmente recomenda a firmeza de princípios fieis à «nossa querida Pátria», «coragem nas pessoas de boa vontade e amigos do amado Portugal, que não seja tocado por nada».

São assim os portugueses que lá longe mourem a sua vida e, se silenciam as saudades perenes que sentem, outotanto não calam a ambição de que se acham possuídos de ver enobrecido este Portugal que lhes foi berço e estremecem acisolada mente.

Crónica de Albufeira

Passam-se coisas estranhas no hospital desta Vila que já despertaram a atenção da Imprensa e Rádio local.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

Circunstâncias há aflitivas, de vida ou de morte, que não se compadecem com a falta do medicamento adequado.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.

As que parecem o arsenal farmacológico privativo está deveras espartilhado e condicionado a um lote restrito de medicamentos que não respondem de forma nenhuma aos casos clínicos desesperados de que o hospital é chamado a intervir.